

## SIMPÓSIO 10

### Simpósio:

### SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS: A PROTEÇÃO SOCIAL DO CIDADÃO/Ã COM DOENÇA MENTAL

### Coordenadores:

**Nome da Coordenadora 1:** Thaís Cossetti

**Vinculação Institucional:** Universidade de Coimbra

**Resumo Curricular:** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016), pós-graduação em Direitos Humanos e formação em Operações de Paz e Ação Humanitária pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e é mestranda em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tem experiência enquanto pesquisadora nas áreas de Direito, Sociologia do Direito, Biodireito, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Como advogada, milita principalmente na área do Direito do Trabalho.

**Nome do Coordenador 2:** Luís Lopes Pinheiro

**Vinculação Institucional:** Universidade do Minho

**Resumo Curricular:** Mestre em Psicologia pela Universidade Minho em 2014. Membro efetivo da ordem dos Psicólogos, com a cédula profissional nº 20535, especialista em psicologia da clínica e da saúde. É formador certificado pelo IEFPP. Realizou uma pós-graduação em Neuropsicologia Geriátrica e uma especialização avançada em Psicologia do Trabalho, social e das organizações. Encontra-se a frequentar uma especialização avançada em Sexologia Clínica. É técnico de apoio à vítima e ministrou formação no âmbito da violência doméstica e violência no namoro. Em termos profissionais, trabalhou durante com população idosa institucionalizada, nos últimos dois anos trabalhou num centro de respostas para as populações LGBTI. Atualmente colabora com a Clínica Marca da Mente. É autor de artigos de investigação e de comunicações científicas em congressos e seminários.

### Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Pensar medidas que visam mitigar as vulnerabilidades é tarefa desafiadora, dadas as singularidades de cada ser humano e a variedade de exigências que todos e todas temos de responder nas diferentes formas de organização social. No caso do sujeito que apresenta uma situação mental de exceção, os desafios tomam formas ainda mais complexas. Atualmente, a proteção e a garantia de direitos humanos à indivíduos que apresentam doença mental no que tange a inclusão, quando superada a medida asilar, balança entre incluí-los como produtores/consumidores ou remediar a exclusão por meio de reparação monetária. Por outro lado, também, a atenção prestada aos cidadãos/ãs com doença mental limita-se puramente ao campo da saúde, deixando-os/as carentes de outras respostas. É fato que estes indivíduos raramente abdicam do serviço de saúde como mediador no processo de ressocialização, contudo, tais serviços devem ser compostos por uma rede multidisciplinar, desfazendo a hierarquia médica e substituindo-a por uma equipa composta por profissionais de diversas áreas, com o intuito de alargar-se os parâmetros que determinam o processo de inclusão. Além disso, existem grandes desafios para o desenvolvimento de uma legislação que dê lugar às contingências e às especificidades de cada um e que inclua as devidas exceções sem possuir uma base objetiva ou critérios para definir o sucesso das políticas de inclusão. Assim, a resposta que tende a ser mais correta tem de apresentar dois níveis diferentes: o foco psicossocial da

intervens3o e o desenvolvimento de novos parâmetros para considerar o que é inclus3o e considerem, também, a loucura como possibilidade.

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresenta3o:**

**Português (X)**